

BNES espera recurso para privatização

AE



Ary Oswaldo

*Acusado no BNDES por
inibir entrada de capital*

CARLOS FRANCO

RIO - O fechamento de acordo entre o Brasil e os credores privados deve estimular a participação de títulos da dívida externa (Deposit Facility Agreement — DFAs) no Programa Nacional de Desestatização (PND). A informação é do chefe do Departamento Internacional da Área Financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor do PND, Isac Roffé Zagury. A participação de DFAs nos dez leilões de privatização já realizados pelo BNDES não ultrapassa US\$ 3 milhões (Cr\$ 11,07 bilhões) de um total de US\$ 2,8 bilhões (Cr\$ 10,34 trilhões).

Para Zagury, o fechamento desse acordo terá maiores reflexos sobre as decisões de investidores europeus e japoneses, que vinham condicionando sua participação nos leilões a este fato. No entanto, disse ele, são necessárias três outras condições para que este ingresso se dê de forma mais expressiva: estatais de setores

estratégicos para estes investidores, preço das DFAs mais atraente do que dos títulos públicos internos (debêntures da Siderbrás, TDAs, Certificados de Privatização, Cruzados Novos, OFNDs e dívidas securitizadas) e estabilidade política e econômica.

Na sua opinião, enquanto a CPI do Congresso, que investiga a atuação do empresário PC Farias, não chegar ao fim, “os investidores externos não deverão realizar investimentos no Brasil, principalmente os mais conservadores como os europeus e japoneses”. Por outro lado, afirmou, este acordo deve beneficiar diretamente a captação de recursos pelo próprio BNDES, isto porque os principais créditos internacionais do banco são oriundos de instituições públicas multilaterais. O BNDES, explicou, captou este ano US\$ 100 milhões (Cr\$ 369,3 bilhões) em bônus no mercado externo e deve colocar mais US\$ 200 milhões (Cr\$ 738,6 bilhões) até o final do ano. Além disso, está para formalizar ou-

tros empréstimos de US\$ 350 milhões (Cr\$ 1,284 trilhão).

Engano — Zagury alertou, ainda, que o projeto de Reforma Fiscal da comissão presidida por Ary Oswaldo de Mattos Filhão levou em consideração o fato de que a captação de recursos externos pelo BNDES depende de sua disponibilidade de caixa, ao suprimir do banco os recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com a extinção do PIS/Pasep, responsável em média por cerca de 70% de seu orçamento.

“Os organismos internacionais financiam um percentual médio de 50% mediante a comprovação de que o BNDES dispõe dos restantes 50% para os projetos que são todos de médio e longo prazo”, explica. Zagury garantiu que Mattos Filho está enganado quanto ao funcionamento de bancos de desenvolvimento no exterior, que também se utilizam de poupança compulsória para poder aplicar em projetos de longo prazo.